



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO
MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA

CARTAS NOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO: A
FUNÇÃO DO DIRETOR E DO PROFESSOR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA

JOÃO PESSOA
2013

**CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO
MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA**

**CARTAS NOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO: A
FUNÇÃO DO DIRETOR E DO PROFESSOR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Fabiana Sena da Silva.

**JOÃO PESSOA
2013**

A663c Araújo, Camila Almeida de.

Cartas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro no Império: a função do diretor e do professor na instrução pública / Camila Almeida de Araújo, Maria Gêssica Romão da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.
50f.

Orientador: Fabiana Sena da Silva
Monografia (Graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Jornal. 2. Epístola. 3. Instrução pública. I. Silva, Maria Gêssica Romão da. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37+070 (043.2)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO
MARIA GÉSSICA ROMÃO DA SILVA**

**CARTAS NOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO: A
FUNÇÃO DO DIRETOR E DO PROFESSOR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em ____/____/____ para obtenção do
título de Licenciadas em Pedagogia.

Banca Examinadora:

Dra. Fabiana Sena da Silva
Professora Orientadora – CE/UFPB

Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva
Professor de TCC – CE/UFPB

Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
Professora Examinadora – CCHLA/UFPB

Dedicamos a Deus por ter nos dado a dádiva de viver sob a proteção de suas bênçãos... A você que na realidade do seu trabalho, compartilha o conhecimento... A você que, diante de tantas intempéries, continua acreditando que a educação pode mudar a vida do ser humano... A você que consegue vislumbrar no outro, um ser capaz de ultrapassar as barreiras do dia a dia... A você que encontra a sua completude no desenvolvimento integral do educando... É você, professor, este ser humano que manifestamos...

AGRADECIMENTOS

Camila Almeida de Araújo

Ao meu Deus, por me conceder a oportunidade de viver, munindo-me de sabedoria para enfrentar as dificuldades de cada dia, sempre enxergando uma possibilidade de tornar-me uma pessoa melhor.

A minha avó, Maria de Almeida Pires (*in memoriam*) que, foi uma das minhas maiores inspirações, tanto na vida quanto na escolha da profissão, pois desde a infância já percebia o seu amor incondicional pela Pedagogia. Mulher guerreira que, me admirava tanto, que às vezes achava até exagero. Vovó mesmo não estando mais ao meu lado estará sempre em meu coração, e nas belas lembranças que tenho dos nossos encontros, bem como das nossas caminhadas de braços dados, rumo a qualquer lugar.

A Minha mãe e as minhas irmãs, pelos conselhos e pelos momentos de aconchego que permearam a minha caminhada, não só nos anos dedicados a Universidade, mas sobretudo, ao longo da minha vida.

A Daniel Gomes, amigo e companheiro. Juntos, descobrimos as belezas vivenciadas na juventude, decidimos o que queríamos ser quando crescer, amadurecemos um em companhia do outro e ultrapassamos barreiras. Juntos, descobrimos o amor.

A Aldenou Moreira, meu padrasto, por ter cuidado de mim, desde os dois anos de idade, sendo uma pessoa essencial na minha formação, pois ele ajudou-me a realizar um dos meus maiores sonhos, entrar na Universidade.

A meu pai que, apesar de tantos desencontros, e dos encontros esporádicos, percebo em seu olhar e nas suas palavras o sentimento de amor e admiração.

Aos meus familiares, pelo suporte afetivo ofertado durante cada momento da minha vida, em especial, a minha tia Simone, por me considerar como uma filha, demonstrando seu carinho a cada contato que temos.

A Minha querida Orientadora, Fabiana Sena, que apesar de tantas obrigações, nunca se negou a ajudar-me, principalmente com palavras de incentivo e sabedoria, para que conseguisse vencer as etapas da vida acadêmica.

A minha amiga, Maria Géssica, que juntas idealizamos cada etapa deste trabalho. Uma ajudando a outra, em atos de cumplicidade e trocas de conhecimentos.

As minhas amigas, Diana Dayse, Simone Mamede, Rayssa Maria, Edna Amâncio, Tatianne Ferreira, Shirley Targino e Bárbara Grayse, por me proporcionar lindos e singulares momentos na Universidade e fora dela.

As minhas amigas do Fórum da Infância e Juventude, Aline, Joseanne, Ana Cláudia, Noêmia, Vitória, Maria do Carmo e Laila, mulheres sensíveis ao sofrimento de crianças e adolescente que, lutam para melhorar a vida de cada um.

AGRADECIMENTOS

Maria Gécica Romão da Silva

A Deus por seu cuidado, dedicação e permissão nos caminhos trilhados em minha vida;

Aos meus avós, José (*in memoriam*) e Adalgisa (*in memoriam*), que tanto sonhavam em ver a neta formada e que, infelizmente, se foram antes deste sonho se tornar possível. Agradeço por todos os ensinamentos, incentivos e todo amor recebido. Amo muito vocês...;

Aos meus pais, Francisco e Eliane, pelo incentivo, contribuição e por partilharem de todos os meus momentos e escolhas, apoiando-me para que eu suprisse todas elas;

As minhas irmãs, Helaine e Aline, pelo carinho, incentivo, torcida e auxílio nas horas difíceis;

A minha querida orientadora, Fabiana Sena, em quem me espelho para alcançar o ápice dos meus objetivos. Agradeço a presteza e dedicação nas orientações;

As minhas amigas, Aline, Elane, Lidiane e Tatianne, companheiras de bons e maus momentos, pela amizade, solidariedade, carinho... Meninas lindas, nossa amizade vai além da vida acadêmica/profissional;

A minha amiga Camila, em especial, por compartilhar da escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso e de tantos outros desenvolvidos este ano. Agradeço o adorável convívio, as palavras de incentivo e a dedicação no cumprimento de cada trabalho;

Ao meu noivo Ricardo, pela compreensão em minhas ausências e pelas mensagens de incentivo que me permitiram seguir, cada vez que pensava em desistir.

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando”.

Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho é resultado da nossa pesquisa empreendida nos jornais *O Governista Parahybano* (1850-1851), da província da Paraíba e nos Jornais *Correio Mercantil Instructivo, Político e Universal* (1848), e *Diário do Rio de Janeiro* (1850-1851), ambos da Corte, cujo objetivo é analisar a função do diretor e do professor na instrução pública, nos jornais das respectivas províncias. Tomamos o jornal como objeto e fonte de pesquisa, a fim de estudarmos as epístolas publicadas nos jornais do século XIX, o que nos permite compreender, ainda que de maneira limitada, uma determinada época, seus pensamentos, costumes e saberes. Utilizamos como base teórico-metodológica a perspectiva da Nova História Cultural, a qual se desvincula de uma única proposta de análise das fontes, ou seja, aquela vinculada ao discurso dos documentos oficiais, como se estes fossem os únicos detentores das informações consideradas passíveis à análise. Para tanto, foram analisadas doze epístolas dos jornais, sendo que seis destas correspondem à função do Diretor e as outras seis referem-se à função do professor. Identificamos que a figura do Diretor nas epístolas dos jornais do Rio de Janeiro, tem a responsabilidade de ser comunicado sobre as matrículas dos alunos, sempre informando o seu andamento às instâncias superiores, e a figura dos professores nas epístolas foram utilizadas como uma forma de pressioná-los no envio dos mapas escolares em tempo determinado.

Palavras-chave: Jornal. Epístola. Instrução Pública. Diretor. Professor

ABSTRACT

This essay is a result of our research undertaken of the *O Governista Parahybano* (1850-1851) journal, at Paraíba province and *Correio Mercantil Instructivo, Político e Universal* journal (1848), and *Diário do Rio de Janeiro* (1850-1851), both from Court, whose objective is to analyze principal and teacher's function in the public education, of their respective townships. We took the journal as an object and source of the research in order to study the epistles published in the newspapers of the XIX century, which allow us to comprehend, even if in a restrict way, of a restrict period, their thoughts, their behavior and knowledge. We used as a theoretical and methodological basis the perspective of the New Cultural History, which are disassociated from a single proposal of analysis of the sources, in other words, the one linked to the discourse of official documents, as if they were the sole owners of the information considered amenable to analysis. Therefore, twelve journal's epistles were analyzed, of which six of these correspond to the function of the Principal and the other six relate to the role of the Teacher. We identified that the figure of the Principal in the epistles of journal of Rio de Janeiro, hold the responsibility to be informed about the enrollment of students, always informing their progress to the higher instances, and the figure of the Teacher in the epistles were used as a way to pressure them in sending school maps in given time.

Keywords: Journal. Epistle. Public Education. Principal. Teacher.

SUMÁRIO

1. PALAVRAS INICIAIS	13
2. PERCURSO E RELEVÂNCIA DA ESCRITA EPISTOLAR NA HISTÓRIA	18
2.1 O Gênero Epistolar e a Imprensa Periódica no século XIX	20
3. A FUNÇÃO DO DIRETOR NAS CARTAS DOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO	26
4. A FUNÇÃO DO PROFESSOR NAS CARTAS DOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45

1. PALAVRAS INICIAIS

O envolvimento com a temática originou-se a partir do nosso ingresso, como pesquisadoras do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica), no projeto de pesquisa intitulado *“Notícias sobre Educação e Instrução Pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba¹”* (2012-2013), sob a orientação da professora Dr.^a Fabiana Sena. Pesquisar sobre as cartas nos jornais possibilitou-nos compreender a imprensa como objeto e fonte de pesquisa para a História da Educação, bem como compreender as cartas como objeto de caráter público, já que elas eram publicadas nos jornais.

Durante tal pesquisa, obtivemos contato com os jornais paraibanos e cariocas do século XIX, os quais se encontram disponíveis na internet. Encontramos cartas escritas por diretores e professores e/ou destinadas a estes, totalizando 58 epístolas sobre diretores e 101 sobre professores, entretanto escolhemos 12 epístolas para análise, em virtude de somente estas abarcarem conteúdos em comum, entre a Corte e a província da Paraíba, cujos conteúdos contemplam a relação dos diretores com a admissão de alunos e a relação dos professores com os mapas escolares. De modo que buscamos compreender a função do diretor e do professor no período imperial, através das cartas nos jornais. Desta forma, inquietamo-nos a respeito da importância da epístola como objeto e fonte para a História da Educação, já que a mesma concebe, ainda que de forma parcial, elementos significativos da instrução pública e, em particular dos diretores, os quais utilizavam as epístolas, como uma forma de ser comunicado acerca de algo solicitado por ele, ou na divulgação de suas obrigações, e dos professores que, como aponta Schueler (2005, p. 382, grifos da autora) através dos periódicos:

discutiram não apenas diversas questões relativas propriamente ao ensino [...] mas, sobretudo, realizaram debates e propuseram saídas para buscar solucionar uma série de problemas, que identificavam como as *‘urgentes questões sociais’* e educacionais de seu tempo.

Dessa maneira, destacamos a importância das cartas para a História da Educação, pois nos fornecem indícios de como a classe dos diretores e dos

professores era empregada nos jornais na sociedade oitocentista, sendo as cartas consideradas como “portadoras de um lugar de memória” (CUNHA, 2008, p. 2).

Na tentativa de aprofundar os estudos do PIVIC/PIBIC, buscaremos analisar a função destes sujeitos da instrução pública, através das cartas publicadas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro no Império. Para atingir tal desígnio, optamos pelo jornal da Paraíba imperial, *O Governista Parahybano* (1850 e 1851), o qual se encontra disponível no site *Jornais e folhetins literários na Paraíba do século XIX*², coordenado pelas Prof^a Dr^a Socorro Barbosa e Prof^a Dr^a Fabiana Sena. Já, na província do Rio de Janeiro³, a opção se deu em virtude do jornal *Diário do Rio de Janeiro* (1850 e 1851) e o jornal *Correio Mercantil: instructivo, político, universal* (1848), terem sido fonte da pesquisa supracitada. A escolha das províncias deu-se, também, pela importância e conhecimento dos jornais, adquiridos durante o projeto anteriormente citado, bem como por entender a necessidade de “estreitar as relações entre elas para situar a rede de comunicação que havia entre ambas” (SENA, 2013, p. 2). Os jornais do Rio de Janeiro constituem o acervo da Biblioteca Digital, organizada pela Fundação Biblioteca Nacional, propiciando aos pesquisadores, e ao público em geral, o acesso amplificado ao conhecimento materializado nos periódicos, por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, uma vez que, viabiliza o acesso de pesquisadores, independentemente da localidade em que estiverem, possibilitando-os o contato com os primeiros jornais publicados no país.

Identificamos que a História da Educação conta com alguns trabalhos de autores que utilizaram as cartas como fonte de estudo, a saber: Gondra (2003), Rizinni (2007) e Sena (2011, 2012, 2013). Estes autores procuram dar visibilidade às cartas, por perceberem que “esse gênero textual é pouco explorado como objeto público” (SENA, 2011, p. 2). Concordando com os mesmos, entendemos que estudar as epístolas publicadas nos jornais do século XIX nos permite compreender, ainda que de maneira limitada, uma determinada época, seus pensamentos, costumes e saberes, já que “trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos” (MALATIAN, 2009, p. 203). Esta forma de escrita interessa ao historiador “por estar recheada de práticas culturais de um

¹ Projeto financiado pelo CNPq.

² Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/index.html>

³ Os jornais do Rio de Janeiro encontram-se no site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

tempo, hábitos e valores partilhados plenos de representações de uma época” (CUNHA, 2008, p. 1). O achado de uma carta “incita sempre a contar: a história de sua descoberta, a história dos que escreveram, a história dos acontecimentos que evoca. O atrativo está no suspense, na decifração dos enigmas [que podem nos revelar aspectos importantes sobre a história, em especial a da educação]” (DAUPHIN e POUBLAN, 2002, p. 79).

A partir das questões apontadas acima, colocamos em evidência a importância do estudo das cartas para o campo educativo, em especial a História da Educação, e suas “pesquisas sobre práticas e funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX [...] contribuindo para entender melhor cada época e cada sociedade” (CUNHA, 2008, p. 1). Destacamos, assim, a proeminência das mesmas, como fonte e objeto, que evidenciam a cultura escolar de um momento. E, sabendo que “a ideia de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da História” (SCHIMIDT, 2004, p. 76), esta pesquisa apresenta-se, a nosso ver, como significativa ao campo da História da Educação e, conseqüentemente, da Pedagogia, por apresentar indícios do passado que nos ajuda a compreender os dias atuais. Assim, também, por entendermos que as cartas como objeto de estudo e fonte revelam dados significativos para a área da educação, seja sobre os professores, os alunos, os diretores, os inspetores ou sobre os diversos assuntos que circundavam a instrução pública no século XIX.

Para tanto, frente à curiosidade do que estava sendo, cotidianamente, privilegiado nas epístolas sobre instrução pública nas seções dos jornais oitocentistas, busca-se identificar alguns de seus pormenores, no sentido de fornecer informações de como a instrução era veiculada por meio desse gênero, colocando em evidência as figuras dos diretores e professores, paraibanos e cariocas. Pautando-se no que foi mencionado, alguns questionamentos foram sendo suscitados, os quais serão destrinchados a seguir: Qual é a função do diretor e do professor na instrução pública, evidenciada nas cartas dos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro no Império? Quais discursos de diretor e professor e sobre estes, circulavam nos jornais do período imperial? Qual modelo de composição epistolar que os diretores e os professores utilizavam para escrever as cartas?

A partir do levantamento de tais problemáticas, identificamos como o nosso objetivo maior, analisar a função do diretor e do professor na instrução pública, compreendida nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro no Império, desmembrando-se em outros objetivos que o complementa, os quais são: Identificar a concepção de diretor e professor, disseminada nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro, através do discurso epistolar; analisar o conteúdo das cartas, bem como o discurso dos diretores e dos professores que circulavam nos jornais do Império e; identificar o modelo de composição epistolar utilizado pelos diretores e professores para escrever as cartas.

Para atingir os objetivos supracitados, desenvolvemos um percurso teórico-metodológico que versa sobre a perspectiva da Nova História Cultural, a qual se desvincula de uma única proposta de análise das fontes, ou seja, aquela vinculada ao discurso dos documentos oficiais, como se estes fossem os únicos detentores das informações consideradas passíveis à análise. Todavia, nesta perspectiva, conforme Burke (1992, p.09):

A expressão “a nova história” é mais bem conhecida na França. La nouvelle histoire é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff também auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”.

Para tanto, a pesquisa com as cartas na História da Educação se constitui em um trabalho complexo e, ainda, pouco explorado, “em virtude do desconhecimento de que as cartas podem ser tratadas no âmbito público” (SENA, 2012a, p. 6). É neste sentido que iremos nos orientar através da pesquisa histórica, ou seja, aquela que “busca as relações dos sujeitos no social [...] e adquire vitalidade no movimento tanto de retrospectão, quanto de prospecção, e coloca o próprio historiador como sujeito dessa dinâmica histórica” (ROSA, 2005, p.1). Vinculados a este procedimento das pesquisas nos jornais, buscaremos confrontar os conteúdos encontrados nas cartas, utilizando como fonte documental, os Relatórios de Províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro, bem como as leis e regulamentos da época e os manuais de escrever cartas, identificados e disponibilizados pela professora e orientadora Fabiana Sena, ao longo da pesquisa, a saber: *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo (1618), *La Secretaire à la Mode de Sier de La Serre* (1650), *Le Nouveau Secretaire de la Cour de Monsieur Milleran* (1714), *O Secretazrio Portuguez*

Compendiosamente de Francisco José Freire (1801), *Manual Del Escribiente* de D. Romulado (1831) e *Novo Secretário Português ou Código Epistolar* de J. I. Roquette (1875). Estes manuais foram elaborados em razão da ampla popularização do uso da carta, desde o século XVII, como instrumento de comunicação. Conforme Malatian (2009, p.198), “Os manuais estabeleciam os temas a serem abordados conforme o correspondente e seu grau de proximidade e intimidade, os cuidados com a preservação de sigilos e mesmo das próprias cartas”, além de outros pré-requisitos de padronização, a título de exemplo: os tipos de plumas, de papéis e de tintas, aspectos mencionados por Gómez (2002).

A pesquisa nos jornais cariocas, assim como a pesquisa nos jornais paraibanos, a qual nos reportamos anteriormente, possibilitou o contato com diversos tipos de textos do século XIX, tais como os discursos, os anúncios, as portarias, as declarações e os editais. No entanto, foram identificadas cartas sobre instrução pública. Algumas destas foram escritas ou destinadas aos diretores e professores e se constituem objetos de estudo, como já mencionado. Entretanto em decorrência dos limites deste Trabalho de Conclusão de Curso, bem como da diversidade de assuntos que envolvem o conjunto de cartas encontradas, ao longo da pesquisa, analisaremos aqui 12 destas epístolas, como já ressaltado.

Para isso, versaremos no capítulo seguinte, deste trabalho, sobre o percurso e relevância da escrita epistolar ao longo da história. Neste, destacamos a escrita de cartas nos jornais, o que era comum nos séculos XVIII e XIX. Assim, também, discorreremos brevemente sobre a importância da imprensa no Brasil. Os capítulos terceiro e quarto dizem respeito à análise das cartas sobre diretores e professores, respectivamente, encontradas no jornal da Paraíba, *O Governista Parahybano* (1850 e 1851), e nos jornais do Rio de Janeiro, *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* (1848) e *Diário do Rio de Janeiro* (1850 e 1851), nos deixando pistas sobre as funções que eles exerciam e como se expressavam através dos periódicos.

2. PERCURSO E RELEVÂNCIA DA ESCRITA EPISTOLAR NA HISTÓRIA

O surgimento das cartas, “se perde na Antiguidade, talvez em um dos remotos fragmentos do Antigo Egito, e, por outro lado, qualquer dos tratadistas que se ocuparam dela [da carta] no Século de Ouro mencionava a Cícero quase como o *homo fator* da arte epistolar” (GÓMEZ, 2002, p. 14). Por volta dos séculos XVI e XVII, as cartas adquiriram uma importância significativa como um dos instrumentos de comunicação mais utilizados na época. Assim, as cartas devem ser entendidas como instrumentos de conversação que “não só serviam para expressar ideias e pensamentos, notícias ou consolos espirituais, mas também para compartilhar vivências mais íntimas, pessoais e até mundanas” (GOMEZ, 2002, p. 18).

Ainda no século XVII, na Europa, as estruturas dos primeiros jornais eram em formato de cartas, comportando um conjunto de correspondências de localidades distintas, e coincidentemente, “[...] os primeiros editores e jornalistas eram simultaneamente chefes de correio [...]” (MATHIEN, 1995 apud PEIXINHO 2009, p.2828), ao passo que as primeiras notícias circulavam no formato de correspondências.

Por ser a carta um dos meios de comunicação mais antigos que existe, há um extenso material lavrado e debilitado pelo tempo. Sena (2011, p. 2), apresenta alguns exemplos, destas epístolas, a saber:

Na Antiguidade, temos a *Arte Poética* – Epístola aos Pisões –, de Horácio; no Renascimento, a *Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, [...]; além dos ensinamentos para educação de príncipe, como a *Carta dirigida a el rei D. Sebastião* (s/d) e a *Carta de Guia de casados* (1651) e *Da educação das Crianças* (1592), de Montaigne. No século XVIII, surgiram os romances epistolares, a exemplo de *A Nova Heloísa* (1761), de Jean-Jacques Rousseau; *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), de Goethe; *Carta sobre a música francesa* (1753), de Rousseau; e *Verdadeiro método de ensinar* (1746), de Luis António Verney. Já no século XIX, temos *Cartas de huma peruviana* (1802), de Françoise d'Issembourg d'Happoncourt de Graffigny; *Cartas americanas* (1809), de Theodoro José Biancardi; *Carta de Heloísa a Abaelardo* (1819), de Alexandre Pope; e *Cartas sobre educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso* (1849), do Dr. José Lino Coutinho.

Estas epístolas e outras existentes servem como fontes para a história da educação, já que carregam em si elementos indispensáveis das sociedades passadas. É interessante destacar a utilização das cartas com a função de educar, que passaram a ser “utilizadas na formação dos jovens, graças ao reconhecimento de seu papel como ‘arte formadora da existência’” (MALATIAN, 2009, p. 196), a exemplo destas cartas, podemos citar as epístolas familiares escritas por pais e filhos, que evidenciavam além da função educativa, um caráter civilizador. Como a arte de escrever cartas foi se tornando comum, o papel do secretário, passou a ser evidenciado, este “devia encarregar-se das cartas de seu senhor procurando que as mesmas cumprissem uma série de requisitos, que fossem suficientes para poder entendê-las como projeções simbólicas de quem as enviava” (GÓMEZ, 2002, p. 34). Escrever cartas,

era uma atividade corrente entre administradores, burocratas e letrados, quanto a todos eles, por umas ou outras razões, viviam aferrados ao papel e à pluma. [Porém] tal era sua importância que nem sequer os analfabetos livraram desta necessidade, [...] sendo isto o que, uma vez mais, autoriza como o principal dos meios de comunicação social escrita (IDEM, 2002, p. 17).

Para que se constituam cartas são necessários alguns elementos básicos que deverão compor este gênero, os quais são: emissor, também conhecido como signatário, destinatário e um conteúdo. É, contudo, ainda, no século XVII que a escrita epistolar toma forma nos periódicos. Isto aconteceu em Portugal “quando determinado reino fez circular, através de um folheto, notícias desse lugar para outro reino” (TENGARRINHA, 1989 *apud* SENA, 2013, p. 5). Inserida nos jornais, as cartas podem ser consideradas como instrumentos “de expressão do pensamento e um espaço ideal de debate” (PEIXINHO, 2009, p. 2830). As cartas publicadas nos jornais se caracterizam pela gama de informações que estabelece ao historiador, pois através das mesmas é possível tomar conhecimento de uma época, das trocas de opiniões, dos valores e da maneira de escrita de um tempo. Como nos lembra Barbosa (2011, p. 332),

a escrita da carta no jornal não se constituía como prática privada de escrita, mas como atividade socialmente extensa, cuja leitura era partilhada não pelos ausentes, mas por aqueles que se presentificavam na partilha que faziam da comunidade de leitores de determinado periódico.

Com efeito, o periodismo nos jornais foi ganhando relevância e as epístolas constituíam-se como um dos gêneros publicados neste espaço, no qual veiculava uma série de temas atrelados às questões e/ou discursos sociais, tais como: parte destinada à instrução pública, à economia, à política e à literatura. Entretanto, tais epístolas não eram publicadas num espaço determinado, e sim, poderia ocupar qualquer seção do respectivo jornal, favorecendo, sobretudo, que a população tomasse ciência das notícias e dos acontecimentos deflagrados na Província. Entretanto, nem sempre se organizou desta forma, nas palavras de Sena (2012), nos primórdios do desenvolvimento da imprensa, século XVII na Europa, os jornais eram publicados em folhetos e só depois encadernados como livros, e por consequência disto, o gênero epistolar abrangia toda a página, a exemplo tomando os primeiros jornais da Europa do século XVII que visualizamos, tais como: *O Avis* *Relation oder Zeitung* (1609), na Alemanha, bem como *Gazette* (1631), na França. Somente no século XVIII, houve o surgimento das colunas nos jornais que, a título de exemplo aclaramos novamente a *Gazette* (1631), uma vez que numa de suas publicações, especificadamente no ano de 1786, subdividia-se em duas seções.

Logo, as cartas tomadas como fonte e objeto de estudo da história da educação devem ser adotadas apenas como representação cultural de um povo, pois “podem produzir material fértil [...], ao mesmo tempo em que nos obriga a admitir que não dizem tudo. [...] é necessário desenvolver a humildade de deixá-las falar e, do mesmo modo, resistir as suas armadilhas” (GONDRA, 2003, p. 17), na medida em que as informações observadas nas cartas, devem ser consideradas tendo como primazia, o ponto de vista do signatário; no entanto, cabe ao pesquisador vislumbrar nas entrelinhas dos escritos as múltiplas intenções que circundam os interesses que cercam os seus conteúdos.

2.1 O Gênero Epistolar e a Imprensa Periódica no século XIX

No século XIX, o periodismo assume um caráter amplo de divulgação no Brasil, tanto no que concerne às informações oficiais, no que diz respeito não somente as benfeitorias, mas também aos decretos do governo, conforme aduz Freitas (2006), quanto as não oficiais, aquelas destinadas ao cotidiano da população, propagadas pelas obras literárias, perpassando sobretudo, pela temática

da educação, da política e da economia. Pois segundo Sena (2012), “[...] Há jornais para todos os gostos, entre eles os de opinião, situação, pedagógico, agricultura, comércio, literatura, entretenimento ou costume e científico [...]”.

Não obstante, elencamos a importância do jornal, como espaço de publicação e circulação de amálgamas de informações destinadas ao público em geral, partilhando conteúdos locais e universais, os quais podiam ser apreciados por pessoas letradas ou não, em virtude dos debates em público, associados à exposição dos jornais nos cafés. Para Sena (2011, p. 05), “[...] os jornais do século XIX configuram-se como um espaço público onde há importantes funções de modelar um público e/ou partilhar a opinião com seus leitores [...]”. Esta opinião, na maioria das vezes, é desmembrada por meio dos inúmeros gêneros que compõem as seções nos jornais, neste caso, como foi exposto ao longo do trabalho, retratamos a relevância das epístolas neste veículo de informação.

Ainda nesta conjuntura, nos estudos de Vieira (2007, p.16), evidenciar o jornal “[...] entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo [...]”. Neste sentido, na visão de Peixinho (2009) colocamos em questão, o jornal como instrumento de expressão e formação de opinião coletiva, uma vez que é considerado como uma carta pública, por modelar e partilhar opiniões entre diversos grupos sociais. Como carta pública, o jornal no século XIX, assumiu uma posição privilegiada na divulgação de informações, as quais começaram a ser mais veiculadas por meio da cultura epistolar, “[...] os jornais se abriam à publicação de cartas de vários tipos: cartas de correspondentes, editoriais em forma de cartas, cartas dos leitores, cartas abertas, etc. [...]” (PEIXINHO, 2009, p.2832). Ainda na proposição da mesma autora, as correspondências assumiram uma das formas mais recorrentes na aquisição de informações advindas de várias localidades do país, ao longo do século XIX, no sentido de compor a estrutura dos jornais locais. Cujas escrita epistolar é configurada pelo hiato “espacio-temporal”, tendo como agentes o emissor e o receptor, os quais por estarem afastados pelo tempo e/ou pela localidade, em virtude da diferença entre o momento do posicionamento do signatário, e por sua vez, a resposta ou a aquisição do texto pelo destinatário, utilizam as epístolas como um suporte textual, capaz de suprir a distância.

Precisamente, nestas circunstâncias, fica notório a estrita relação entre às cartas e os jornais, desde a sua gênese, em especial no século XVII – a qual encontrava-se atrelada a explicação de que os primeiros jornais tinham o formato de cartas – até a maneira de como estavam sendo colhidas as informações, ou seja, na prática de correspondências, corroborando a relação mencionada, conforme explicitado no início deste capítulo.

Perpassando a representatividade do gênero epistolar nos jornais, iniciaremos uma discussão acerca de alguns acontecimentos históricos que, de sobremaneira, estavam sendo desencadeados na sociedade imperial brasileira. Período este, em que nos dispusemos a analisar, a fim de situarmos o contexto em que as cartas analisadas estavam sendo escritas e/ou publicadas.

Nesta perspectiva, colocamos em referência a representatividade da imprensa no séc. XIX, a qual se desenvolvia num contexto social marcado pela construção de uma sociedade vinculada aos preceitos da emersão da nação imperial, ou seja, aquela gerada a partir da continuidade do domínio Português, frente à sociedade brasileira. Todavia, necessitava-se fundir novas ações e princípios que propiciassem a construção de uma identidade nacional, haja vista que segundo Gondra e Shueller (2008, p.28) “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia ainda os brasileiros. Era preciso, então, construir um povo e uma nação”.

Para tanto, na intenção de estruturar esta “nova” sociedade, a instrução pública representou um dos pilares sociais capazes de engendrar a formação de um povo que, inicialmente, era considerado aquém, dos valores apregoados pelos representantes do império, uma vez que:

[...] a maioria da população era constituída por escravos, mestiços e por uma classe média emergente, a burguesia, que se desenvolvia à medida em que o Brasil passava de uma sociedade agrária-exportadora dependente para agrário-comercial dependente. Esta transição solicitara uma nova sociedade, que só poderia ser estabelecida através da educação desta nova classe, e dos novos trabalhadores que aos poucos se tornavam necessários [...] (SANT’ANNA; MIZUTA, 2013, p. 99).

Não obstante, como fora aludido, percebe-se que a intenção centrava-se numa suposta civilização da nação, a qual vislumbrava mudanças nos comportamentos e nos ideários sociais, a fim de adequá-los ao novo modelo social,

político e econômico, em conformidade com a sociedade agrário-comercial, permeada por princípios e interesses dicotômicos, entre conservadores - Igreja Católica - e os nacionalistas – a burguesia; emitindo, portanto, os seus reflexos no cenário da instrução pública. Este pensamento nacionalista influenciou as legislações no Brasil Império. Uma iniciativa importante foi o decreto da lei de 15 de outubro de 1827, que em seu primeiro artigo, diz “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827, p.1). Nesta perspectiva, contemplamos as contribuições de Gondra e Shueller (2008, p. 30), os quais advertem que:

A constituição de aulas públicas, escolas, liceus, colégios, instituições de ensino primário, secundário e superior relacionava-se às preocupações com a ‘formação do povo’ e às intenções políticas mais amplas de construção da nacionalidade e dos espaços públicos.

Com efeito, partindo da expressão “formação do povo”, evidenciada pelos respectivos teóricos, percebemos que foi expressivamente veiculada como um dos objetivos a serem alcançados pela sociedade vigente, ao ponto de utilizar a imprensa, especificadamente materializada nos jornais, como um dos recursos para alcançar tais objetivos. Uma vez que, a maior parte da população não sabia nem ler, nem escrever, dificultando assim, a tão almejada construção da identidade nacional.

O uso da imprensa como instrumento de veiculação de pensamentos e de ideários nacionais no século XIX, pressupõe um contexto pautado pela proibição de tal prática. Tal proibição deu-se em razão de uma provável crise econômica, iniciada no século XVIII, por qual passava a sociedade vigente, e com isto, o Rei D. João V por meio de um Alvará, tornou indisponível a impressão de escritos na Colônia, hoje denominada Brasil. Concomitantemente, no sentido de assegurar a neutralidade das informações, tornando-as um artefato envolvido pelo domínio exacerbado da metrópole portuguesa, no que tange a estruturação da colônia brasileira. Por tais circunstâncias, inicialmente, houve a crescente clandestinidade envolvendo a circulação impressa, sob o jugo de possíveis punições, as quais foram impostas pela,

[...] Carta Régia, de 1747, que mandava fechar a tipografia, punia os infratores com penas de prisão e exílio, e sequestrava tipos, que eram remetidos para a metrópole. Esse clima de terror intelectual só muda a partir de 1808. (BAHIA, 2009, p. 19).

Partindo da clandestinidade que fora mencionada, colocamos em referência a edição do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, sendo impresso por Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça, em 1808, considerado o primeiro periódico brasileiro, publicado em Londres, evidenciando a trajetória de 15 anos, o qual demarca a longevidade da prática clandestina.

Deste modo, tão somente, no ano de 1808, com a vinda de D. João VI, juntamente em companhia da corte lusitana, representada pela família real, pelo clero e pelos altos funcionários, para o Brasil, devido à invasão comandada por Napoleão Bonaparte, foram efetivadas algumas medidas provenientes deste novo quadro social, dentre elas: a abertura dos portos, mudanças administrativas, o surgimento de Instituições dedicadas ao ensino superior, bem como a valorização da urbanização, por meio da construção de vilas. Para tanto, em maio do mesmo ano, deu-se a fundação da Imprensa Régia, situação que culminou com a circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. Este jornal, por sua vez, “[...] realizou esse papel de divulgador dos assuntos científicos, noticiando a produção de obras, a realização de cursos, a produção e venda de livros e textos científicos [...]” (FREITAS, 2006, p. 54).

Após o surgimento da Gazeta, publica-se o primeiro periódico considerado oficial, denominado *Idade d’Ouro do Brasil*, na província da Bahia, em 14 de maio de 1811. E, por conseguinte, nos anos de 1813 e 1814, surge o primeiro periódico veiculado pela Imprensa Régia, denominado *O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil &c.* do Rio de Janeiro, “[...] especialmente dedicado às ciências e às artes no país”. (IDEM, 2006, p. 54).

A partir das considerações realizadas até o momento, realçamos a aparente relação de reciprocidade entre a imprensa, o jornal e a carta, como instrumentos discursivos que, atuaram em harmonia, a fim de formar uma rede de opiniões. Tendo como objetivo primordial divulgar informações diversas, de cunho político, educacional, econômico e outros. O que nos leva a supor a existência de uma relação de continuidade entre ambos, na medida em que a partir do momento que a carta era o único meio de comunicação impresso, o surgimento do jornal tornou-se essencial pra suprir a demanda das informações veiculadas, originando uma organização mais ampla, a imprensa. E, em contrapartida, pelo gênero epistolar ter

vido um dos mais compartilhados entre leitores/escritores, assim como por [...] corresponder a uma necessidade profunda do ser humano [...]” (SENA, 2013, p.04), sua presença nos jornais, incumbe uma das formas de expor com maior objetividade e fluência, os conteúdos que os jornais se dispõem a tornar público.

3. A FUNÇÃO DO DIRETOR NAS CARTAS DOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO

Nas epístolas localizadas nos jornais *O Governista Parahybano* (1851), da província da Paraíba e no *Jornal Correio Mercantil Instructivo, Político e Universal* (1848), da província do Rio de Janeiro, sobre a figura do Diretor, levantou-se no primeiro jornal, entre os anos de 1850 e 1851, um *corpus* de 53 cartas que faziam alusão ao mesmo. E, no segundo jornal, tomando o ano de 1848, a quantidade foi inferior, resumindo-se a 09 cartas, tendo em vista que provavelmente esta discrepância, deu-se em razão dos conteúdos da corte imperial, serem mais diversificados, por tratar-se da capital, atrelados ao fato de que o jornal da Paraíba era publicado semanalmente e o jornal do Rio de Janeiro assumia uma publicação diária. Observamos, também, nas epístolas encontradas, de ambas as províncias, assuntos que tratavam de uma mesma temática, ou seja, a relação do Diretor com a admissão ou matrículas de alunos, seja no ensino primário ou secundário. E, devido a esta particularidade, decidimos analisar a função da posição do diretor, junto a esse recorte temático, cujo *corpus* limitou-se a 06 epístolas, por tratarem de um conteúdo em comum, a admissão de alunos nas escolas das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro.

Antes de darmos visibilidade ao que nos propomos tratar, esboçamos alguns dos assuntos abordados nas cartas, no momento de nosso contato com o *corpus* em sua totalidade, dentre eles, as publicações que relacionavam o Diretor aos professores (falta, licença, nomeação, demissão e outros), aos alunos (convocação, licença, matrículas, isenção e conduta), as despesas com materiais da instrução pública (objetos para a aula, solicitação de carteira, compra de livros e mapa das aulas) e aos aspectos burocráticos da instrução pública (solicitação da aula de desenho, determinação para colocar o relógio no Liceu, pedido de envio de relatório do Estado da Instrução e outros).

Outrossim, partindo das pesquisas empreendidas nos jornais *O Governista Parahybano* (1851) e *Correio Mercantil Instructivo, Político e Universal* (1848), ficou notavelmente evidenciado que, estes não possuíam um padrão específico, quanto à

localização dos assuntos nas seções temáticas, fazendo com que o pesquisador assuma uma postura de atenção contínua, na busca pelas epístolas neles distribuídas. Apresentado também, uma diversidade em seus conteúdos. Diversidade esta, que pode ser explicada por meio da concepção de Sena, (2012, p.2), uma vez que,

as cartas enviadas aos jornais vinham de diversas partes do Brasil e tinham como função anunciar/informar os acontecimentos locais, eram narrativas escritas, às vezes, por leitores comuns e dirigidas a um destinatário específico.

Os responsáveis por anunciar os acontecimentos supracitados eram denominados de signatários que, por vezes, como já foi pontuado anteriormente, utilizavam pseudônimos. Desta forma, percebe-se o uso corrente desta maneira de assinatura, ou ainda, a ausência de identificação, levando-nos a supor quem poderia ter sido o autor da carta enunciada. Um dos pseudônimos utilizados foi O *Quitandeiro*, conforme publicado no *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*, em 16 de março de 1848. Encontrou-se, também, no mesmo jornal, o uso das iniciais dos nomes, tais como: J. B. Leal (Secretário⁴ responsável por escrever as cartas da Sociedade Amante da Instrução) e F. C. Valdetaro (Secretário perpétuo da Sociedade de instrução elementar). Quando o signatário não estava explícito, supunha que este seria, a título de exemplo, um representante do *Ministério de Guerra*, ou seja, um comandante da Escola Militar, pois além de ser um título encontrado na seção que corresponde à carta pública, conforme Alves (2004), tal Ministério era um órgão que dentre suas funções, organizava o programa de aulas deste modelo de escola, estabelecendo a sua representatividade.

Nas 06 (seis) epístolas a serem analisadas sobre a função do diretor, destacamos outro componente, os destinatários. Estes eram os escolhidos para que a mensagem fosse transmitida, assumindo, portanto, a função de receptor/leitor. Dentre as personalidades que comumente eram evidenciadas nas publicações dos jornais, citamos figuras masculinas que possuíam vínculo direto com Instituições responsáveis pela propagação da instrução pública no Império, desde participantes que atuavam em prol da instrução, até homens públicos dirigentes de escolas,

⁴ [...] o bom secretário devia encarregar-se das cartas de seu senhor procurando que as mesmas cumprissem uma série de requisitos, que fossem suficientes para poder entendê-las como projeções simbólicas de quem as enviava (GÓMEZ, 2002, p.34).

especificamente, os *Pedagogos*, os *Sócios da Sociedade Amante da instrução*, o *Diretor interino da Escola Militar*, O Diretor do Liceu Parahybano ou o *Reitor do colégio de Pedro II*.

Frente à quantidade do *corpus* levantado, iniciamos este processo analítico, apropriando-nos de três cartas publicadas no jornal *O Governista Parahybano*, cujas publicações, restringiam-se aos sábados, delimitadas no ano de 1850 a 1851, portando diversos assuntos, dentre eles: políticos, oficiais e literatos. Sua impressão era realizada na tipografia de José Rodrigues da Costa, na Rua Direita, nº 08. O jornal primava em socializar os interesses políticos e morais que estivessem atrelados ao Governo Provincial, por intermédio de duas seções: a editorial e a parte oficial, constando nesta “[...] informações relativas ao governo imperial e da província da Paraíba, embora fosse uma tipografia privada [...]” (SENA, 2012b, p.03). E, por sua vez, três cartas publicadas no jornal, *Correio Mercantil: instructivo, político, universal*, este era de propriedade de Francisco José dos Santos Rodrigues, impresso no Prédio Mecânico, localizada na Rua da Quitanda, nº 13, fundado em 01 de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. Também, era considerado o segundo Diário mais importante da época, e não seguia nenhuma linha partidária. A publicação deste periódico é demarcada durante três décadas, a saber: 1840, 1850 e 1860. Outra característica importante a ser revelada é a publicação deste jornal ser diária.

No jornal *O Governista Parahybano*, as duas primeiras cartas analisadas, foram publicadas, no mesmo dia, em 22 de fevereiro de 1851, de modo que a primeira, se ocupava em comunicar ao Diretor do Liceu, a concessão de licença obtida por um aluno particular para estudar nessa Instituição. E a segunda, repercutia na complementação da primeira, de modo que o diretor deveria informar a Presidência às condições de adiantamento e conduta do dito aluno. Neste intento, percebe-se que mesmo o signatário não estando explícito, supõe-se que este seja o Secretário da Instituição, o qual é demarcado como um profissional que se encontra submisso ao Diretor. E, em contrapartida este, como membro superior da Instituição, deveria remeter a Presidência o andamento dos acontecimentos que circundavam suas práticas e as demais, ou seja, o Diretor encontra-se submetido aos requisitos exigidos pelo Presidente da Província. Seguem trechos da primeira e da segunda carta:

- Ao mesmo comunicando que teve licença para estudar no liceu no corrente ano o particular Francisco Antonio Gonsalves de Medeiros, devendo prestar na companhia aquele serviço, que for compatível como estudo. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 22 de fevereiro de 1851).

- Igual comunicação ao diretor do liceu e determinando que no fim de cada mês informe a Presidência sobre o estado de adiantamento e conducta do dito particular acima, e no caso de conhecer que ele não tem aproveitamento comunique para a Presidência providenciar, como for conveniente. (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 22 de fevereiro de 1851).

O respectivo Diretor enquadrava-se no quadro dos funcionários da Instituição de ensino secundário - Liceu Parahybano - criado no ano de 1836, e “[...] destinado à elite masculina que nele se preparava para logo ingressar no Ensino superior em Olinda, Recife, Salvador ou no Rio de Janeiro [...]” (PINHEIRO, 2004, p.06). Na intenção de compreendermos as obrigações delegadas ao Diretor do Liceu, observemos o Capítulo 10, referente às funções deste profissional, regulamentada pela Resolução 26 de fevereiro de 1846, autorizada pela Lei provincial nº 9 de 23 de Janeiro de 1843:

Art. 77 – Ao Diretor compete:

§ 1o Repreender os estudantes que incorrerem nas disposições do artigo 55, ou perturbarem a ordem, e o silêncio do Liceu.

§ 2o Dar conta ao Presidente da Província dos estudantes incorrigíveis, solicitando sua exclusão do Liceu.

§ 3o Advertir os empregados que forem negligentes no cumprimento dos seus deveres.

§ 4o Atestar as freqüências dos empregados

§ 5o Requisitar ao Presidente da Província os objetos necessários no serviço do Liceu

§ 6o Despachar os requerimentos que lhe forem dirigidos

§ 7o Rubricar os livros da secretaria

§ 8o Assistir as aulas todas as vezes que assim o quiser.

Art. 78 – O Diretor remeterá ao Presidente da Província:

§ 1o mensalmente a relação das faltas de comparecimento de todos os empregados

§ 2o de três em três meses em correspondência reservada, informações sobre o comportamento dos empregados; e a maneira porque desempenham os seus deveres.

§ 3o no fim do ano o relatório do estado do Liceu, debaixo de todas as suas relações assim morais, como materiais;

Art. 79 – A correspondência e requerimento dos professores serão dirigidas ao Presidente da Província por intermédio do Diretor, que lhe juntará as observações convenientes.

Art. 80 – O Diretor recebe seus vencimentos independentemente de atestado. (INEP, 2004, p. 105-106)

Sendo o conteúdo da epístola o cerne da discussão, percebe-se no trecho da Resolução acima que, era de caráter obrigatório remeter ao Presidente da Província, as informações a respeito da postura dos estudantes, bem como as devidas repreensões aos mesmos, quanto às ausências injustificadas ou desordem, situação que ratifica o estágio de subordinação do Diretor, em relação ao Presidente aclarado.

No que concerne à função do Diretor e sua relação com a admissão de alunos, percebemos a necessidade de mantê-lo informado acerca do controle de ingresso do particular, Francisco Antonio Gonsalves de Medeiros, e do contínuo acompanhamento deste. Nesta conjuntura, corroborando com esta postura de tomada de decisões e de vigilância do Diretor, é indicado nos Artigos 17 e 18 da Resolução 26 de fevereiro de 1846, especificadamente no Capítulo 3º, o qual versa sobre as matrículas, os seguintes argumentos:

Art. 17 – O estudante que se quiser matricular em qualquer das aulas do Liceu, dirigirá para esse fim um **requerimento ao Diretor**, juntando o conhecimento de haver pago na Administração de Rendas a taxa de matrícula na importância de 3\$200 réis. Para a matrícula da terceira cadeira exige-se a certidão de exame da primeira, e segunda.

Art. 18 – Com o **despacho do Diretor** o estudante se apresentará ao secretário para fazer-lhe o competente assentamento, que será por ambos assinados, tendo nele declarado o nome, pais, pátria, e idade do matriculando, e os documentos mencionados no artigo precedente. A matrícula de cada aula será lançada em livro separado. (INEP, 2004, p.100, grifos meus).

A postura e as respectivas obrigações condizentes ao Diretor do Liceu na epístola precedente são reiteradas em alguns aspectos, na terceira carta analisada, posto ser esta publicada no dia 19 de abril do mesmo ano, uma vez que comunica ao Diretor do Liceu a data dos exames aos pretendentes as cadeiras de primeiras letras, assim como solicitando-o a escolha de examinadores para tal feito. Nesta, o signatário, também, não é manifestado, mas diante do pedido de comparecimento ao palácio da Presidência para a realização dos exames, percebe-se que mais uma vez, refere-se a um comunicado e uma solicitação emitida pelo Presidente da Província, podendo ser a epístola enunciada por meio do Secretário deste, conforme a seguinte descrição:

- Ao diretor do Lyceo comunicando que está marcando o dia 5 do corrente para os exames dos pretendentes as cadeiras vagas de

primeiras letras desta província, devendo Smc. designar dez examinados, e com eles comparecer no palácio da Presidência as 10 horas do dito dia, a fim de terem lugar os exames dos pretendentes habilitados. (O GOVERNISTA PARAIBANO, 19 de abril de 1851).

Acoplando os aspectos similares entre as três cartas, dentre eles: as solicitações emitidas pelo Presidente de Província ao Diretor, como já foi mencionado, de modo que o conteúdo da epístola demonstra uma preocupação quanto aos meios práticos, como a atenção ao rendimento dos alunos e a escolha de examinadores que, desembocam na efetivação da matrícula e/ ou admissão dos mesmos. Esta preocupação pode ser explicada, baseando-se no Relatório de Província, do ano de 1851, relatado pelo Presidente Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, o qual questiona a pequena quantidade de alunos que frequentam o Liceu, mesmo que o total assuma uma quantidade elevada de 102 alunos, pois “[...] a aula de Philosophia Racional e Moral não conta hum só alumno, que a de Rhetorica e Geographia apenas conta 2, a de Inglez 5 e a de Geometria 7, [...] as aulas frequentadas são somente a de Francez por 22 alumnos e a de Latim por 65”. Relegando, por sua vez, a responsabilidade de tal malefício a interinidade do cargo de diretor, cuja prosperidade ou decadência da repartição, neste caso a escola, depende do engajamento deste profissional.

Assim como, nas cartas do jornal da Paraíba, as cartas do jornal *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*, da Província do Rio de Janeiro, dão visibilidade ao Diretor como agente fiscalizador da instrução pública na admissão de alunos. Sendo agora, denominado Diretor interino da escola militar, no sentido de admitir a matrícula de três alunos, no 1º ano, tendo como requisito a realização prévia do exame de francês, caracterizando-o como uma das etapas correspondentes ao exame do ano. Na epístola, o destinatário é intitulado como o Ministério de Guerra, podendo supor que era corriqueiro os representantes deste, efetuarem solicitações ao Diretor, na medida em que o aluno estaria, também, sob a responsabilidade de tal Ministério. Segue, abaixo, a primeira carta:

- Ao director interino da escola militar, para admitir José Maria da Cunha Rocha, Bazilio José Gomes da Silva, e Joaquim Maria Nogueira Júnior, á matricula do 1.º anno com a condição de não fazerem exame do anno, sem o de francez. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 21 de março de 1848).

A epístola coloca em destaque, a figura do Diretor da escola militar, instituição de ensino secundária que, prezava pela preparação ao ensino superior,

relativa à formação de oficiais do exército, criada no ano de 1839. Época em que seu comando foi transferido aos militares, “[...] além de implementar uma forma militar aos alunos, obrigando-os a formaturas e exercícios práticos [...]” (CUNHA, 2008, p. 02), de modo a privilegiar o Ensino técnico-profissional, em detrimento do científico. Ainda segundo a mesma autora (2008, p.03) “[...] o curso da Escola Militar foi transformado em requisito básico para acesso aos postos dentro do Exército, rompendo com a tradição aristocrática e sedimentando a meritocracia [...]”. E, assim, acreditamos que a publicação das cartas sobre a escola militar nos jornais do Rio de Janeiro no Império, justifica-se pelo fato de constituir o processo de consolidação da nação Imperial, por meio da formação dos oficiais, no sentido de organizar o Estado frente à “desestabilidade” decorrente das revoltas provinciais (Cunha, 2008).

Conforme a carta anunciada, adentramos numa das especificidades do Diretor da referida Escola, e assim, recorremos ao Decreto nº 140, de 9 de Março de 1842, o qual aprovou os Estatutos da Escola Militar, em decorrência da Lei de 15 de Novembro de 1831, especificadamente, o seu artigo 11:

Art. 11. O governo administrativo e o regimento militar da mesma Escola é confiado a um Director, que será sempre escolhido da classe de Officiaes de patente superior, ou Generaes, que tenham conhecimentos profissionaes das materias que nella se ensinão, e vencerá, além do soldo de sua patente, uma gratificação annual de dous contos de réis. (DECRETO Nº 140, 1842)

Sabendo que a escolha do Diretor interino da Escola militar, deve-se ao cargo de patente superior que lhe é imputado, em especial, se for General. Clarifica-se, ainda, no corpo do Decreto supracitado, no artigo 12, que o Diretor era o responsável por presidir a reunião da Congregação dos Lentes, que dentre os objetivos, deliberavam acerca da qualificação dos alunos habilitados – momento da admissão no curso⁵ - para que pudessem realizar os exames. Os critérios de

⁵ DECRETO Nº 154 DE 1842 - Art. 1º O Curso completo da Escola Militar constará de 7 annos de estudos, nos quaes, e em 16 Cadeiras, se ensinarão as materias seguintes. 1º Anno/ 1ª Cadeira. - Arithmetica, Algebra elementar, Geometria, e Trigonometria plana./2ª Cadeira. - Desenho. 2º Anno/ 1ª Cadeira. - Algebra superior, Geometria analytica, Calculo differencial e integral/2ª Cadeira. - Desenho. 3º Anno/ 1ª Cadeira. - Mecanica racional, e applicada ás Machinas/2ª Cadeira. - Physica experimental. 3ª Cadeira. - Desenho. 4º Anno/ 1ª Cadeira - Trigonometria espherica, Astronomia, e Geodesia/2ª Cadeira - chimica, e Mineralogia/3ª Cadeira - Desenho. 5º Anno/ 1ª Cadeira. - Topographia, Tactica, Fortificação passageira, Estrategia, e Historia Militar/ 2ª Cadeira. - Direito Militar das gentes, e Civil/ 3ª Cadeira. - Desenho. 6º Anno/1ª Cadeira. - Artilharia, Minas, Fortificação permanente, Ataque e defesa de praças/2ª Cadeira. - Botanica, e Zoologia/3ª Cadeira. - Desenho. 7º Anno/ 1ª Cadeira. - Architectura Civil, Hydraulica, e militar/ 2ª Cadeira. - Geologia, Montanhistica, e Metallurgia/ 3ª Cadeira. - Desenho.

qualificação atentavam para uma gama de pré-requisitos, incluindo a tradução e a leitura do Francês, condição imposta na epístola analisada, datada de 21 de março de 1848, a qual está disposta a seguir, no artigo 13 do mesmo Decreto:

Art. 13. Para a matricula do primeiro anno da mesma Escola requer-se: 1º, ser cidadão Brasileiro: 2º, quinze annos de idade, não podendo exceder de vinte os alumnos que se destinarem ao segundo, e terceiro curso: 3º, **exames preparatorios de grammatica da lingua do paiz, de traducção e leitura da lingua Franceza**, e de pratica corrente das quatro operações de Arithmetica, e Geographia: 4º, licença do Governo, que fixará o numero dos alumnos que annualmente deverem ser admitidos á matricula do primeiro anno. Os Estrangeiros, e os que se não destinarem ao serviço militar serão matriculados como voluntarios, ficando em tudo sujeitos ao regimento da Escola, mas não terão direito ás vantagens concedidas aos alumnos militares nos arts. 14 e 15 dos presentes Estatutos. (DECRETO Nº 140, 1842, grifos nossos).

Mais precisamente, agora, no terreno do que compete aos Diretores até então evidenciados, identificamos que, assim como o Diretor do Liceu e o Diretor da escola militar, o Diretor da próxima epístola analisada, ou seja, o Diretor das Escolas Públicas de primeiras letras deve orientar-se nos requisitos da sua função, conforme as solicitações advindas dos órgãos superiores. Condição descrita na próxima carta, a qual indica a Secretaria d' estado dos negócios, como sendo responsável pelo envio de um aviso ao Diretor das escolas públicas de primeiras letras, e por sua vez, este responde tornando público o local e horário da realização do concurso à cadeira de primeiras letras para meninos, conforme destrincha-se a seguir:

- Em cumprimento do aviso de 11 do corrente mez, que me foi expedido pela secretaria d' estado dos negócios do império, faço publico, que o concurso à cadeira de primeiras letras para meninos do sitio de S. Christovão, terá logar no dia 28 do dito mez, pelas 11 horas da manhã, na escola de ensino mutuo da freguezia do SS. Sacramento. Rio de Janeiro 13 de abril de 1848. --- O director das escolas publicas de primeiras letras desta Côrte e seu município, Joaquim José da Silveira. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 14 de abril de 1848).

Apresentando-se como signatário da epístola, o Diretor das escolas públicas de primeiras letras, atuava na abrangência do Ensino Primário, posto que o conteúdo da carta refere-se à cadeira de primeiras letras, e não mais, ao Ensino de Primeiras Letras, compondo agora, o quadro da Instrução Elementar, pois além de ler, escrever e contar “[...] agregavam-se outros conhecimentos e valores, que a

instituição escolar deveria ensinar às novas gerações [...] Conteúdos como 'rudimentos de gramática', de 'língua pátria', de 'aritmética' [...] e religiosos". (FARIA FILHO, 2007, p.139). A lei de nº 14 de 1837, que tratava da Instrução primária, expressa no artigo 21, segundo Godoy, 2008, p. 04, ressalva que:

Haverá na capital da província um diretor encarregado da direção de todas as escolas da instrução primária da província, com gratificação anual de um conto e duzentos mil réis, ficando compreendida nesta quantia as despesas do expediente necessário para o desempenho de suas atribuições [...].

Para tanto, na perspectiva da lei em questão, dentre as atribuições do Diretor das escolas públicas de primeiras letras - com auxílio dos Inspetores do município - o mesmo deveria inspecionar e fiscalizar as escolas deste segmento na província, escolher o método, os compêndios e o modelo das escolas, sempre em concordância com o Presidente de Província. No que diz respeito à admissão ou matrículas dos alunos, expomos alguns critérios para tal ingresso, sabendo da existência do concurso à cadeira de primeiras letras. Assim, tratando-se desta temática, ainda recorremos a Lei de nº 14 de 1837, para asseverar:

No artigo 2º aparece a exigência para o ingresso nos anos seguintes a comprovação de ter cursado anos anteriores. E no 3º artigo refere-se ao perfil dos alunos: "Artigo 3º . São proibidos de frequentar as escolas publicas.1º . todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas. 2º . os escravos, e pretos ainda que sejam livres, os libertos." (GODOY, 2008, p. 04)

Compreendendo as competências do Diretor das escolas públicas de primeiras letras, e as formas de admissão e matrículas dos alunos no Ensino Primário, percebe-se que cabe ao Diretor manter-se numa postura de vigilância diante das exigências promulgadas em lei, e também, mantém o elo de submissão e comunicação com o Presidente de Província.

Na próxima epístola, publicada no dia 24 de maio de 1848, podemos ressaltar em seu conteúdo que, o Diretor das aulas da Imperial Sociedade Amante da Instrução, tornou público na intenção de manter os Conselheiros informados, a mudança de horário e transferência de local, no que tange a realização dos exames referentes aos alunos e as alunas de quatro localidades distintas, a saber: S. Pedro de Alcantara, Santa Thereza, Santa Rita e S. Bento. Atentemos para sua exposição:

--- O Exm. Sr. Director das aulas da Imperial Sociedade Amante da Instrução, manda publicar para conhecimento dos Srs. conselheiros,

que os exames dos alumnos da aula de S. Pedro de Alcantara, ficarão transferidos para o dia 5.^a feira 25 do corrente, ás 4 horas da tarde, e que os das alumnas da aula de Santa Thereza, serão no dia 26, os da aula de Santa Rita no dia 29, e os da aula de S. Bento no dia 30. Rio, 24 de maio de 1848. (CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 24 de maio de 1848)

Nota-se a subordinação do Diretor, perante os Conselheiros da Imperial Sociedade Amante da Instrução, os quais eram constituídos pelos próprios membros, sendo criada em 05 de Outubro de 1829, para atender aos menos abastados, ou seja, meninos e meninas pobres e órfãos, contando com a participação de sócios (advogados, médicos, bispos e outros). De caráter filantrópico e sem fins lucrativos, destaca-se no seu Estatuto, a partir dos estudos de Souza (2006, p.02) que as aulas, “[...] seriam distribuídas da seguinte forma: 25% para os filhos dos sócios e os outros 75% para os “necessitados” [...]”, demonstrando que além dos exames descritos na carta, um dos requisitos para a matrícula, seria a condição desvalida em que se encontravam os meninos e as meninas. Já “[...] No plano de estudos, aulas de Gramática Francesa, Música, Taquigrafia para os filhos e filhas dos sócios e o ensino das primeiras letras para as crianças pobres”. (SOUZA, 2006, p.02), caracterizando-se como uma Associação de Ensino Elementar.

Com efeito, pautando-se nas contribuições da mesma autora, no momento em que descreve que um dos Diretores da Sociedade modificou o Método de ensino Lancasteriano, previamente determinado pelo Conselho, já que devido aos gastos tornava-se inviável. Entendemos que este profissional era o responsável pela parte administrativa, inclusive na admissão de alunos; entretanto, neste modelo de Associativismo o órgão de tomada de decisões era o Conselho.

Sendo assim, as duas últimas epístolas publicadas denotam um caráter de preocupação, no que diz respeito à comunicação das datas referentes ao concurso e/ou exames para o ingresso de alunos das camadas pobres na instrução pública. O acesso à escola dos considerados menos favorecidos, como forma de organizar a nação, pode ser vislumbrada nos anseios apregoados pelo Presidente de Província do Rio de Janeiro, o Senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o qual anuncia que “[...] Há certas noções, certas practicas e sentimentos que devem ser geraes assim para as primeiras como para as classes superiores da sociedade [...]”.

As epístolas ora analisadas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro são classificadas como Participação ou Notícia, segundo a classificação do Manual de

Escrever Cartas *O Novo Secretário Português ou Código Epistolar*, de José I. Roquette, o qual as descreve como cartas que “[...] se emprega a narração; por isso seu estylo deve ser claro, singelo, conciso, breve, natural com dignidade, ornado e elegante quanto o permita o assumpto que se trata.” (ROQUETTE, 1860, p. 404), cujas características transcorrem o aspecto informativo, quando relacionado às epístolas que *comunicam* ao Diretor. Além desta forma de classificação, as epístolas analisadas apresentaram-se, também, como categoria de negócios ou encargos. No mesmo manual acima reverenciado, as elencamos no sentido de “Vivificar as ideias próprias para que passem á imaginação d’aquelle a quem desejamos participál-as, este é o fim de taes cartas; [...]” (ROQUETTE, 1860, p. 300). Propondo-nos a entendê-las como uma demonstração das funções do diretor na instrução pública, em consonância com as legislações, abarcando ainda, as *obrigações* impostas ao mesmo.

Diante desta objetividade empregada pela narrativa das epístolas analisadas, destacamos a importância da figura do Diretor e semelhanças em suas atribuições, seja na admissão dos alunos no Ensino primário, representado pelo Diretor das escolas públicas de primeiras letras e pelo Diretor da Imperial Sociedade Amante da Instrução, seja no ensino secundário, representado pelo Diretor do Liceu Parahybano e pelo Diretor da Escola militar, pois era da responsabilidade de ambos atentarem para a concretização da matrícula, mesmo se tratando de níveis de ensino distintos e de províncias⁶ distintas. E, ainda, baseando-se na análise, identificamos que estes personagens são essenciais na divulgação da instrução pública no império, por meio dos jornais. Divulgação esta que, representava uma das maneiras de compreender o papel do Diretor, bem como sua forma de comandar uma escola ou várias.

Com efeito, identifica-se nas epístolas a figura do Diretor como aquele em que a admissão dos alunos é concedida a partir da sua autorização, ou por determinação do presidente da Província. Portanto, podemos inferir que a sua função é expressa como intermediário das informações ou necessidades ocorridas na Instituição que for de sua responsabilidade, a fim de adentrarem as instâncias superiores, assim como cumpridor das ordens advindas destas. Por isto, assume uma posição tanto de destinatário, a exemplo, quando o Secretário o comunica

acerca da admissão de alunos, bem como uma postura de signatário das cartas publicadas, a exemplo, quando deve responder as solicitações do Presidente de Província.

⁶ Com o Ato Adicional de 1834, cada província munida de Assembleias Provinciais, legislavam sobre a instrução pública.

4. A FUNÇÃO DO PROFESSOR NAS CARTAS DOS JORNAIS DA PARAÍBA E DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO

Compreender a função de professor na instrução pública do período imperial se faz importante, pois este era “um intelectual difusor, portanto, um agente da civilização responsável pela produção de uma nova concepção de mundo” (CASTANHA, 2006, p. 51). A função do professor na sociedade imperial é entendida como uma “*missão* social enquanto educadores e propagadores das luzes, funcionários essenciais ao Estado e à *nação*” (SCHUELER, 2008, p. 22, grifos da autora). Com isso, na tentativa de selecionar as cartas a serem analisadas neste capítulo, fizemos um levantamento daquelas que foram escritas e direcionadas aos professores, por outros sujeitos representantes da instrução pública, por perceber um número significativo de epístolas que tratavam deste profissional. Assim, nas epístolas localizadas no jornal da Paraíba, *O Governista Parahybano*, (1850 e 1851), levantamos um *corpus* de 46 cartas. Já no jornal carioca, *Diário do Rio de Janeiro* (1850 e 1851), constituímos um *corpus* de 55 cartas.

Ao desenvolver o levantamento, anteriormente citado, nas cartas da Paraíba e do Rio de Janeiro, percebemos que diversos assuntos circulavam em ambas as províncias e se tratando dos professores eram publicadas cartas sobre: salário; transferência ou nomeação; licenças e requerimentos; pedidos e entrega de material escolar; admissão e demissão; faltas; falecimentos; pedido de representação ou reputação; queixas e recebimento de mapas escolares. Dentre todos os assuntos encontrados e citados, destacamos o último para analisar neste capítulo, já que, em detrimento do tempo não poderemos analisar todos os conteúdos. Assim, também, escolhemos as cartas sobre mapas escolares, as quais somam 06 cartas, por apresentarem resquícios de como a função do professor era reproduzida na instrução pública, demonstrada nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba, do Império.

As cartas aqui analisadas foram encontradas nos jornais *O Governista Parahybano* e *Diário do Rio de Janeiro*. O primeiro, como já mencionado no capítulo anterior, era publicado na Província da Paraíba, aos sábados e abordava interesses

políticos, oficiais e literatos. O segundo, circulou na Corte durante os anos de 1821 a 1878. Era publicado diariamente, exceto nos dias ditos de guarda, sendo impresso na Tipografia da Rua da Ajuda, nº 79. Entre as características deste jornal, destaca-se o fato de ter sido “o primeiro com caráter essencialmente informativo e também o primeiro a publicar anúncios⁷”.

A primeira carta a ser analisada neste capítulo foi publicada no dia 04 de janeiro de 1851, veiculada pelo jornal da Província da Paraíba, como já dito *O Governista Parahybano*. Tal carta era destinada ao professor de latim de Pombal, acusando o recebimento de um ofício que, ao que tudo indica, fora enviado por este, anteriormente.

No conteúdo da carta fica explícito que tal ofício continha o mapa escolar deste professor com as anotações sobre seus alunos. Ordena-se, porém, que o mapa seja feito e enviado observando alguns critérios, como o nome, a aplicação e o rendimento de cada aluno. Apesar de não está exposto o signatário, nesta carta, podemos supor que se trata de um membro da Presidência, que por sua vez é um funcionário superior ao professor, já que este ordena ao mesmo, a exclusivamente se pronunciar “por intermédio do director geral”. Neste trecho fica esclarecido, também, a função do professor submissa a outro profissional da instrução pública, o Diretor. Abaixo podemos ler a primeira carta:

- Ao professor de latim de Pombal acusando a recepção do seu ofício do primeiro do corrente com o mapa dos seus alunos; e previne se a Smc. de que o mapa deve, além dos nomes e aplicações dos alunos dentro do ano, declarar a co—ucia e aproveitamento de cada um, o que Sme. observar e ficando na inteligência de que só dirigia a Presidência por intermédio do director geral (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 04 de janeiro de 1851).

Este grau de hierarquia, expresso através da carta tem embasamento nos Manuais de Escrever Cartas, que classifica tais epístolas como *cartas de ordem*, quando cita que “a esta espécie de Cartas, servem de assumpto assim as cousas publicas, como as particulares, as quaes se devem tratar como já dissemos na Instrucção Preliminar” (FREIRE, 1801, p. 198). Esta classificação é visível também no conteúdo da segunda carta, publicada no dia 18 de janeiro do mesmo ano, ainda no jornal supracitado. Desta vez, a ordem é dada ao professor de Pitimbu, a quem a

⁷ Trecho disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/di%C3%A1rio-do-rio-de-janeiro>

carta é destinada; informando, como forma de prevenção, “que quando se houver de dirigir a Presidência o faça por intermédio do diretor geral da instrução”. Tal carta também trata da recepção de um mapa escolar, pertencente, porém, a este outro professor.

Ao professor de primeiras letras de Pitimbu acusando a recepção do seu ofício de 11 de novembro com o mapa dos seus alunos, e prevenindo-o de que quando se houver de dirigir a Presidência o faça por intermédio do diretor geral da instrução (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 18 de janeiro de 1851).

Assinalamos ainda, outra carta, enviada no dia 12 de outubro de 1850, destinada ao diretor do Liceu. Tal carta foi remetida por um funcionário da Presidência, o qual não se identifica, mas faz uma cobrança ao professor das aulas de inglês e francês a respeito do envio correto dos mapas escolares. É possível supor que tal funcionário, signatário da carta, trata-se de um Comissário da Instrução Pública, que, geralmente, “eram pessoas importantes da sociedade local, como padres, coronéis, nomeados pelo Diretor. Todavia, esses Comissários, não raras vezes, eram criticados por não realizarem um trabalho elogiável” (FERRONATO, 2012, p. 57). Abaixo, lemos a carta em debate:

-Ao director do lyceo que a Presidencia notou entre os mapas, remetidos com officio desta data que os estudantes matriculados nas aulas de inglez, e francez sob a direcção do mesmo professor, estão declarados em um só mappa, sem especificação d’aula, que frequentão, pelo que não é possível conhecer se quantos, e quaes os que frequentão cada umas das ditas aulas e assim cumpre que Smc. determine ao respectivo professor que apresente um mappa parcial de cada uma delas (O GOVERNISTA PARAHYBANO, 12 de outubro de 1850).

De acordo com a Resolução de número 26, do ano de 1846, que regulamentava as funções de cada funcionário da instrução pública paraibana, no Império, cabia aos professores, de acordo com o artigo 81, parágrafo segundo, “remeter no fim de todos os meses ao Presidente da Província *por intermédio do Diretor* um mapa das mesmas disciplinas com declaração do número de faltas de cada um, e do seu comportamento, e aplicação” (INEP, 2004, p. 106, grifos nossos). Desta forma, fica regulamentado por lei o envio dos mapas escolares; assim, também, que os mesmos deveriam ser enviados através do diretor escolar.

Os mapas escolares eram uma forma de inspecionar o trabalho do professor no período do Império e de estabelecer um controle do número de alunos frequentes

às aulas da província. Segundo Vidal (2008, p. 43) os mapas escolares funcionavam no século XIX, “como dispositivos de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social”. Através desta afirmação é possível compreender que o interesse em controlar o trabalho dos professores, bem como o número de alunos matriculados e frequentes na província, através dos mapas escolares, estava comungado à ideia de desenvolvimento e independência por meio da instrução, aflorada no Brasil imperial. Tal Projeto de Nação era visto pelos intelectuais como um avanço para o Brasil, sendo “extremamente incentivado porque elevava a sua imagem ao patamar de um país em progresso” (ZEGUR, 2004, p. 26).

Na província do Rio de Janeiro, a prática de envio de mapas escolares pelos professores não se divergia da província paraibana, de modo que na Corte os professores, também, deveriam fornecer tais mapas, sob pena de não receberem seus ordenados, passagem esta, como já citado, preceituada por lei. Este fato é apontado na carta publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 20 de fevereiro de 1851, a qual veremos a seguir:

Para que os professores publicos d'esta provincia possam receber seus ordenados, cumpre que nos attestados de frequencia dos mezes de março, junho, setembro e dezembro, apresentem a essa thesouraria ou as collectorias por onde hajão de ser pagos, declaração expressa, dos inspectores parochiaes ou dos de comarca, conforme forem de instrucção primaria ou secundaria, de que lhes remetterão os mappas trimestraes do numero de seus alumnos, com as observações sobre o grau de aproveitamento de cada um. O que V. S. comunicará a todas as collectorias para seu conhecimento e pontual execução. Deus guarde a V. S. _ Luiz Pedreira do Couto Ferraz. - Sr. Inspector da thesouraria (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 20 de fevereiro de 1851).

Por meio de tal publicação chama-se a atenção dos professores, os quais somente receberiam seus salários, dos meses citados na carta, se comprovassem o envio dos mapas escolares com o rendimento de seus alunos. Neste sentido, podemos nos reportar ao *Manual de Escrever Cartas Novo Secretário Português ou Código Epistolar*, de José I. Roquette, o qual classifica este tipo de epístola como *cartas de ameaça*, que deve ser utilizada “quando os conselhos não bastão, e as reprehensões não produzem o desejado effeito” (ROQUETTE, 1860, p. 82). Na mesma edição do jornal foram publicadas mais duas cartas com tal assunto, na tentativa de que esta ordem de fato se efetivasse e que a notícia chegasse aos

destinatários, os professores da província e os seus superiores, estes últimos fariam cumprir tal medida. Leiamos estas cartas:

Província do Rio de Janeiro – Palacio da presidencia, 13 de fevereiro de 1851. Querendo tornar effectiva a obrigação imposta aos professores publicos de instrução primaria da provincia, de remetterem aos inspectores parochiaes os mappas trimestraes do numero de seus alumnos para serem presentes à essa inspectoría por intermedio dos conselhos municipaes, acabo se expedir a thesouraria a ordem que inclusa lhe remetto por copia, a fim de que Vm o faça constatar aos ditos conselhos, e assim chegue ao conhecimento dos inspectores parochiaes e professores publicos. Deus guarde a Vm. - Luiz Pedreira do Couto Ferraz. - Sr. Inspector geral das escolas (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 20 de fevereiro de 1851).

Provincia do Rio de Janeiro. - Palacio da presidencia, 13 de fevereiro de 1851. Querendo tornar effectiva a obrigação imposta aos professores publicos de instrucção secundaria de remetterem aos respectivos inspectores de comarca os mappas trimestraes do numero de seus alumnos para que sejam trazidos ao conhecimento d'esta presidencia, ---- de expedir a thesouraria a ordem que inclusa lhe remetto por copia a fim de que V. S. a communique aos professores de sua comarca. Deus guarde a V. S. - Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. - Sr. Inspector de instrucção secundária da comarca de Nictheroy. Identifica aos outros inspectores de comarca (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 20 de fevereiro de 1851).

Todas as três cartas, acima citadas, foram enviadas pelo Senhor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, o inspector geral das escolas, desejando atingir o maior número de destinatários possíveis, como já citado. Tal imposição foi relatada pelo Presidente João Pereira Darrigue Faro, no Relatório da Província do Rio de Janeiro, a saber: “escolas, cujos professores conservavão-se há muito tempo em desleixada sinecura, hoje apresentam um aspecto de vida e de trabalho, desde que as visitas dos inspectores e outras medidas forão postas effectivamente em prática” (RIO DE JANEIRO, 1851, p. 41).

Para os presidentes de província os mapas indicavam ordem e avanço, na medida em que podiam controlar os professores e ao mesmo tempo estabelecer o número de alunos frequentes na província. Ao falar da importância dos mapas escolares para os presidentes de província e, por sua vez, para o controle da instrução pública, Vidal (2008, p. 48), nos lembra que estes,

revelam também o desejo de quantificar, de forma precisa, a instrução pública na província. A insistência com que os discursos

remetem aos mapas, a preocupação em oferecer números exatos e a ênfase no detalhamento das informações indiciam a percepção da estatística como uma ciência imprescindível à administração provincial, seja pela visibilidade dos esforços encetados, seja pela economia das ações empreendidas, evidenciada nas diligências realizadas pelos presidentes de província para o recebimento amplo dos dados solicitados.

Deste modo, os mapas escolares evidenciavam as formas de controle do Estado sobre a instrução pública, demonstrada principalmente pela figura do professor. Tal figura do professorado foi sendo estabelecida na sociedade imperial, em torno dos anseios de se construir uma sociedade instruída, moldada, civilizada. Este projeto civilizatório estava impregnado por ideais iluministas, originados na Europa, no século XVIII e com a Revolução Francesa (SENA, 2008). A divulgação do saber, mesmo que centralizado nas elites, era o caminho ideal a formação de um país civilizado e os professores seriam os responsáveis pela divulgação e aplicabilidade deste saber. Para Faria Filho (2003, p. 137),

na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidades da governabilidade, ou seja, a criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas, também, dotar este Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas, também, evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado.

Deste modo, o professor da sociedade imperial, exercia a função de “um agente do Estado, responsável pela difusão da instrução elementar e de uma moral civilizadora”. (CASTANHA e BITTAR, 2009, p. 2). As epístolas encontradas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro foram utilizadas como uma forma de pressionar os professores ao envio de seus mapas em tempo determinado. Assim, também, de chamar atenção dos inspetores escolares a assumir o papel de fiscal dos professores. Vimos ainda, através das cartas e dos demais documentos da época, que tanto na província do Rio de Janeiro como na província da Paraíba, os professores só poderiam se dirigir ao Presidente de Província através do Diretor Escolar, sendo o professor submisso a este membro e evitando, por sua vez, que o mesmo pudesse se posicionar nas páginas dos jornais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este Trabalho de Conclusão de Curso, entendemos e reafirmamos a importância do estudo da epistolografia para a História da Educação, pois possibilita “compreender o discurso de uma época sobre a instrução pública [...] a partir da cultura escrita” (SENA, 2012b, p. 8).

Assim, também, concluímos que as cartas como fonte e objeto podem nos revelar dados significativos para a área da educação, seja sobre os professores, os alunos, os diretores, os inspetores ou sobre os diversos assuntos que circundavam a instrução pública no século XIX.

O estudo das cartas publicadas no jornal *O Governista Parahybano, Diário do Rio de Janeiro e Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* possibilitou adentrarmos nas particularidades da instrução pública das Províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro no período do Império. Ao analisarmos a forma e o conteúdo das cartas, entendemos aquele momento histórico, em particular as funções dos professores e dos diretores e como estes se expressavam através dos periódicos. Vimos, também, que as epístolas, sobre os professores, encontradas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro foram utilizadas como uma forma de pressioná-los ao envio de seus mapas em tempo determinado. Como apontam Castanha e Bittar (2009, p. 2), no período imperial, os professores “estavam sujeitos a um conjunto de regras que deveriam seguir, em função de estarem vinculados a um projeto de sociedade e Estado”. Assim, como as cartas de Diretores, convergiam no sentido de evidenciá-lo como um dos partícipes essenciais da instrução pública, servindo como ponte das comunicações entre os demais profissionais da instrução, para com o Presidente de Província, no caso da Paraíba, e a Secretaria d’ estado dos negócios do Império, o Ministério de Guerra e o Conselho, no caso do Rio de Janeiro.

É importante esclarecer que as cartas publicadas nos jornais *O Governista Parahybano, Diário do Rio de Janeiro e Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* não foram tomadas como expressão plena da realidade (SENRA, 2006 *apud* GONDRA e SHUELER, 2008) e, tão somente ilustrações dos assuntos referentes à instrução e educação que circulavam nas cartas através dos jornais e

que nos deixam pistas sobre as relações de poder inerentes das províncias paraibana e carioca, no Império. Convém destacar que tais cartas coletadas nos jornais e analisadas neste trabalho nos deram uma dimensão parcial e ainda iniciante do funcionamento da Instrução na Província da Paraíba e do Rio de Janeiro, sabendo principalmente, que este é apenas um segmento de investigação que contempla a gama de objetos e possibilidades de fazer a história da educação.

A partir das epístolas localizadas nos jornais paraibanos e cariocas no período imperial foi “possível compreender o considerável lugar de destaque ocupado pela epístola enquanto modo discursivo” (SENA, 2011, 2012, 2013). Com efeito, poder adentrar em um período histórico, utilizando as cartas publicadas nos jornais como fonte e objeto de pesquisa nos propiciou perceber a relevância da mesma para a História da Educação, tendo em vista que, tomando como base as palavras de Sena (2012, p.21), o objeto nos dar visibilidade aos escritos históricos, e ainda, torna-se produtor de sentidos para a prática da instrução pública, fazendo-nos compreender os seus reflexos na atualidade, bem como o entendimento dos sujeitos concernentes a instrução pública, a saber: os diretores e os professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia. **Militares e ensino secundário no século XIX**. IN: III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: imprensa e vida. 1ª edição, 1985.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: História da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel**. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 7 - n. 2 - p. 331-344 - jul./dez. 2011. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/2406/1559. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>. Acesso em 10 mar. 2013.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. **Os professores e seu papel na sociedade imperial**. In. Revista HISTEDBR, 2009. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Os professores do Brasil imperial**. In. Revista da Educação: Educere et Educare. Vol. 1, nº 1, jan./jun, 2006. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/download/.../854. Acesso em: 24 ago. 2013.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. **Ao director interino da escola militar**. Rio de Janeiro. 21 de março de 1848.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. **Aos alunos de primeiras letras**. Rio de Janeiro. 14 de abril 1848.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. **Aos Conselheiros da Imperial Sociedade Amante da Instrução**. Rio de Janeiro. 24 de maio de 1848.

CUNHA. Beatriz da Costa. **A face militar da educação brasileira/doutores ou soldados? O debate sobre o Ensino militar no império**, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%2>

opor%20Claudia%20Alves/Beatriz%20R.%20da%20Costa%20e%20Cunha%20-%20Texto.pdf Acesso em: 02 Ago. 2013.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **A escrita epistolar e a história da educação**. Santa Catarina: UESC, 2008.

DAUPHIN, Cécile e POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; et al (org.). **Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Aos Professores e Inspetores da Província**. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1851.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Aos Professores e Inspetores da Província**. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1851.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Aos Professores e Inspetores da Província**. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1851.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Instrução elementar no século XIX**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Instrução Elementar no século XIX. In: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de.; VEIGA, Cynthia Greive. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao lyceu provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. Tese de doutorado. PPGE. João Pessoa, 2012.

FREIRE, Francisco José. **O Secretario Portuguez Compediosamente**. Lisboa: Ulyssiponense, 1801.

FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros**. Ciência da Informação, v.35 nº3, 2006.

GODOY, Marcelo Franco de. **Legislação sobre instrução pública no império: a corte e as províncias**, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Marcelo%20Franco%20de%20Godoy%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 02 Ago. 2013.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; et al (org.). **Destinos das letras: História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. Ao correr da pena: reflexões relativas às cartas de professores do século XIX. In: MIGNOT, Ana Cristina V. e CUNHA, Maria Teresa S. **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

INEP, Coleção Documentos da Educação Brasileira. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Diretor do Liceu. Paraíba**. 12 de outubro de 1850.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Professor de latim de Pombal. Paraíba**. 04 de janeiro de 1851.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Professor de primeiras letras de Pitimbu. Paraíba**. 18 de janeiro de 1851.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Diretor do Liceu. Paraíba**. 22 de fevereiro de 1851.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Diretor do Liceu. Paraíba**. 22 de fevereiro de 1851.

O GOVERNISTA PARAHYBANO. **Ao Director do Lyceo. Paraíba**. 19 de abril de 1851.

PARAÍBA, **Província**. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 1851.

PEIXINHO, Ana Teresa. **O epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX**. In: 6º Congresso SOPCOM, 2009. Disponível em: http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/357/342. Acesso em: 10 jun. 2013.

PINHEIRO, A. C. F. **A Instrução Pública e particular na província da Parahyba do Norte (1840-1860)**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. v. 1. p. 50-61.

RIO DE JANEIRO, Província. **Decreto de nº 140**. Aprova os Estatutos da Escola militar, 1842.

RIO DE JANEIRO. **Província**. Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 1848.

RIO DE JANEIRO, **Província**. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro pelo excellentissimo presidente da província, o Ex. Sr. João Pereira Darrigue Faro Rio de Janeiro, 1851.

ROQUETTE, J. I. **Código o Bom-Tom, ou, Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1860.

ROSA, Ivani. Pesquisa Histórica e Prática Social: Tendências e Possibilidades. In: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 2, Ano II, Nº 2, Abril/ Maio/ Junho, 2005. Disponível em: www.revistafenix.pro.br/PDF3/Resenha%20Ivani%20Rosa.pdf. Acesso em: 25 ago. 2013.

SANT'ANNA, Susan Brodhage; MIZUTA, Celina Midori Murasse. **A Instrução Pública Primária no Brasil Imperial: 1850 a 1889**. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/O%20Mosaico%204/O Mosaico4_10_AInstrucaoPublica_SusanBrodhageSantAnna.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/O%20Mosaico%204/O%20Mosaico4_10_AInstrucaoPublica_SusanBrodhageSantAnna.pdf). Acesso em: 12 mai. 2013.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHUELER, Alessandra Frota M. **Escolas primárias e professores na corte imperial: educação escolar como objeto da história social**. Revista Momento. Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/escprimarias.doc. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez, 2005.

SENA, Fabiana. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na primeira República**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba: PPGL, 2008.

_____. **As epístolas nos jornais paraibanos: o discurso pedagógico no período imperial**. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: CNPq, 2011.

_____. **Notícias sobre educação e instrução pública no Império: O modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba**. João Pessoa: (Projeto PIBIC/ CNPq/ UFPB), 2012a.

_____. **Notícias sobre os professores do Liceu paraibano**. João Pessoa: UFPB/CNPq, 2012b.

_____. **Imprensa e instrução pública no Império: O modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba**. João Pessoa: (Trabalho Final de Pós-Doutorado), 2013.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Sociedade Amante da Instrução: Benfeitora da “inocência desvalida” na corte imperial – 1844-1889**, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Maria%20Zelia%20Maia%20de%20Souza%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 02 Ago. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: Fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX**, 2008. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/104>. Acesso em: 23 jun. 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920**. In: Cinco estudos em História e Historiografia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZEGUR, Verônica. **O brincar na revista popular: Do dia-a-dia da Corte às páginas do jornal**. Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas: UEC, 2004.